

Relatório da Participação da Assembleia da República

na

Conferência

A subsidiariedade como princípio construtor da União Europeia¹

- 15 e 16 de novembro de 2018, Festspielhaus Bregenz, Áustria –

Composição da Delegação

A Delegação da Assembleia da República foi constituída pela Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada **Margarida Marques** (PS) e pela Deputada **Berta Cabral** (PSD).

A assessoria foi prestada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

Síntese

No âmbito da Presidência do Conselho da União Europeia (UE), a Áustria pretendeu debater, em conjunto com representantes políticos, peritos e cidadãos, como se pode encontrar um entendimento comum do termo "subsidiariedade" e como este princípio pode ser aplicado de forma coerente. A reunião decorreu a partir do reconhecimento do princípio da subsidiariedade como pedra angular fundamental para uma Europa comum, o que, de acordo com a Presidência austríaca significa que a UE tem de trabalhar em soluções para grandes desafios - como a migração, a segurança e as alterações climáticas. Ao mesmo tempo, a UE tem de dar um passo atrás quando se trata de questões em que os Estados-Membros ou as regiões estão em melhor posição para tomar decisões. Uma aplicação coerente deste princípio permitiria aproximar a União Europeia dos seus cidadãos e aumentar a sua confiança na UE.

A Presidência apresentou, ainda a "Declaração de Bregenz", que expressa o seu entendimento sobre o princípio da subsidiariedade e a sua aplicação.

¹ Programa, documentação, vídeos e informação sobre a reunião disponível em:
<https://www.eu2018.at/calendar-events/political-events/BKA-2018-11-16-Subsidiarity-Conf.html>

1. Sessão de Abertura

Participaram nesta sessão **Markus Wallner**, Governador de Vorarlberg e o Chanceler Federal austríaco **Sebastian Kurz**.

O Governador **Markus Wallner** deu as boas-vindas aos participantes e referiu-se à sua região, circundada pela Alemanha, Suíça e Itália, com um nível económico e social acima da média e um baixo nível de desemprego. A região é um exemplo de integração, com um forte interesse numa construção comum europeia, sendo ainda um paradigma do bom resultado da aplicação prática do princípio da subsidiariedade, na medida em que as decisões tomadas na sua região, frequentemente com os seus vizinhos dos outros três Estados, têm um impacto positivo no desenvolvimento local.

O Chanceler **Sebastian Kurz** sublinhou que a União Europeia só pode funcionar se as preocupações dos cidadãos forem ouvidas. Neste contexto, é obrigação dos decisores políticos ouvir e perceber o que move as pessoas, agir em conformidade e trabalhar para encontrar soluções para as questões que são importantes para os cidadãos. Referiu-se à questão do Brexit, desejando que o processo possa decorrer da forma menos penosa possível. Aludiu, ainda, às prioridades da Presidência austríaca do Conselho da UE, sublinhando, em particular, a segurança e a luta contra a migração ilegal, a garantia de prosperidade e competitividade através da digitalização, bem como estabilidade na vizinhança da UE. Aludiu, ainda, ao excesso de regulamentação em certos domínios políticos que, na sua opinião, afastam os cidadãos da UE. Neste contexto, agradeceu ao Presidente Juncker a iniciativa de ter constituído a *task force Subsidiariedade, Proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência*, bem como aos seus membros, pelo valioso trabalho desenvolvido. Concluiu que é necessário inverter a tendência e que, ao invés de uma Europa que regulamenta demasiado os pormenores, precisamos de uma Europa que responda melhor às grandes questões e que deixe, cada vez mais, as pequenas questões para os Estados-Membros ou para as regiões.

2. Sessão 1: Porquê a Subsidiariedade?

As alocuções iniciais couberam a **Christian Calliess**, professor de Direito Europeu da Universidade Livre de Berlim e consultor do *European Policy Centre* e de **Christian Kastrop**, Diretor da *Bertelsmann Foundation*, que levou a cabo um estudo sobre o princípio da subsidiariedade.

Christian Callies fez uma breve síntese dos cinco cenários sobre o futuro da Europa ² e referiu-se, especificamente, ao princípio e processo de abordagem da subsidiariedade no âmbito do cenário 4. Referiu-se, de seguida, aos aspetos económicos da subsidiariedade e da proporcionalidade, nomeadamente quanto à necessidade de a UE se concentrar nas grandes questões, como o ambiente, o mercado único, o mercado digital e a defesa, focos essenciais para não ser ultrapassada pelas restantes grandes potências. Referiu-se às ameaças com que a Europa se confronta, desde as internas, como o Brexit, a crise do orçamento italiano, a crise dos valores a leste e o populismo, às externas, como as oriundas da Rússia e da China, que não têm qualquer interesse numa Europa forte. Neste contexto, a UE tem de saber ultrapassar as suas diferenças internas de produtividade e de organização económica, concentrando-se nas áreas de clara mais-valia europeia. Tem, ainda, de definir claramente as suas prioridades, com a consciência de que a Europa não se confina a Bruxelas.

Christian Kastrop aludiu aos resultados do estudo levado a cabo pela *Bertelsmann Foundation* - *Subsidiarity and Proportionality in the Single Market - An EU fit for inclusive growth*³. Analisando a subsidiariedade e a proporcionalidade, o estudo centra-se no papel das políticas do mercado interno na difusão de uma maior prosperidade em todas as regiões da UE e fornece um quadro para a análise da situação atual. Recomenda um maior enfoque na subsidiariedade e na proporcionalidade, a fim de alcançar um crescimento sustentado e prosperidade em todas as regiões da UE, aproveitando a rápida evolução do mercado digital, nos seguintes termos: os requisitos mínimos da UE devem evitar bloquear soluções tecnológicas obsoletas e permitir que as obrigações sejam cumpridas por múltiplos intervenientes adaptados às circunstâncias locais. Neste contexto, a subsidiariedade é um elemento importante no fornecimento de infraestruturas digitais; recomenda um maior realce da proporcionalidade na regulamentação dos produtos e dos mercados, com especial destaque para as dimensões espacial e geográfica do crescimento; sugere que a definição de políticas da UE deve permitir alguma utilização orientada de bolsas regulamentares alternativas para testar diferentes modelos de regulamentação a nível nacional e local.

² Referência aos 5 cenários do Livro Branco sobre o futuro da Europa e documentos de reflexão: 1. Continuidade; 2. Restringir-se ao mercado único; 3. Fazer "mais" quem quiser "mais"; 4. Fazer "menos" com maior eficiência; 5. Fazer muito "mais" todos juntos. ² Disponível em https://ec.europa.eu/commission/future-europe/white-paper-future-europe_pt

³ Disponível em:

[https://www.eu2018.at/dam/jcr:52911746-9d9e-4662-9298-](https://www.eu2018.at/dam/jcr:52911746-9d9e-4662-9298-6ac0692a3c07/Study:%20Subsidiarity%20and%20Proportionality%20in%20the%20Single%20Market.pdf)

[6ac0692a3c07/Study:%20Subsidiarity%20and%20Proportionality%20in%20the%20Single%20Market.pdf](https://www.eu2018.at/dam/jcr:52911746-9d9e-4662-9298-6ac0692a3c07/Study:%20Subsidiarity%20and%20Proportionality%20in%20the%20Single%20Market.pdf)

Seguiu-se um debate, moderado pela jornalista **Nadja Bernhardt**, no qual participaram, para além dos oradores iniciais, **Christian Buchmann**, Presidente da Comissão de Assuntos Europeu do Conselho Federal austríaco; **Kathy Riklin**, Membro do Conselho Nacional Suíço e **Benno Elbs**, Bispo de Feldkirch.

Guiados pela moderadora, os participantes refletiram sobre como explicar o princípio da subsidiariedade ao público em geral, bem como potenciar o seu funcionamento, seja ao nível da UE e dos seus Estados-Membros; da Suíça e dos seus Cantões, ou da igreja, onde a regulamentação do Vaticano abrange a paróquia mais longínqua.

Independentemente da definição de cada um dos participantes sobre o princípio da subsidiariedade, ficou claro que, mais do que uma definição, o importante é a sua aplicação, resolvendo as questões perto dos cidadãos (**Kathy Riklin**), decidindo em grande e ajudando os pequenos, tendo em vista a solidariedade e o bem comum (**Benno Elbs**), olhando para as pessoas e percebendo o que necessitam (**Christian Buchmann**) e regressando às decisões de proximidade (**Christian Kastrop**).

Esta sessão incluiu, igualmente, um debate com a assistência, no qual participaram as duas representantes da Assembleia da República.

A Deputada **Margarida Marques** referiu que, mais do que as regras dos Tratados quanto aos mecanismos para fazer cumprir o princípio da subsidiariedade, é importante olhar atentamente para os resultados do Eurobarómetro para se perceber quais as prioridades e necessidades sentidas pelos cidadãos e quais as que melhor deverão ser prosseguidas pela União Europeia. Exemplificou com o ambiente, referindo que Portugal é um dos países que mais benefício tira com a dimensão europeia desta política. Referiu-se, ainda, à descentralização de competências para as regiões, designadamente no desenvolvimento das políticas europeias, como uma das vertentes que necessita de ser trabalhada, para uma plena consecução do princípio da subsidiariedade.

Quanto à Deputada **Berta Cabral**, salientou a necessidade de se encontrar o justo equilíbrio quanto ao local correto para a tomada de decisão, entre a UE, os seus Estados-Membros e as suas regiões. Referiu-se, de seguida, à importância do estudo da Fundação Bertelsmann, bem como ao resultado do trabalho da *task force* criada pelo Presidente Juncker. Sublinhou que, na abordagem da questão da repartição de competências é sempre importante equilibrar os aspetos técnicos e políticos, com o princípio da solidariedade, sublinhando que, em algumas áreas políticas, há vantagens em tomar medidas a nível central embora, na maioria dos casos, haja benefícios na tomada de decisões a um nível mais próximo dos cidadãos. Ainda assim, verifica-se que, apesar do discurso em prol da subsidiariedade, o

próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) prevê uma percentagem muito mais elevada de fundos geridos diretamente pela UE, quando comparada com o atual QFP em vigor, situação para a qual solicitou um comentário do painel de oradores.

Sessão 2 – O princípio da subsidiariedade na prática

Reinhold Lopatka, Presidente da Subcomissão de Assuntos Europeus do Conselho Nacional austríaco fez uma breve apresentação sobre os trabalhos da *task force Subsidiariedade, Proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência*.

Seguiram-se entrevistas moderadas pela jornalista **Nadja Bernhardt**, com **Vivienne Reiding**, antiga Vice-presidente da Comissão Europeia, **Ulrike Rabmer-Koller**, Presidente da Associação Europeia de Artesanato, Pequenas e Médias Empresas e Vice-Presidente da Câmara Económica austríaca; **Alfred Riedl**, Presidente da Associação de Municípios austríacos e **Franz Schausberger**, Presidente do Instituto das Regiões da Europa.

Reinhold Lopatka fez um breve balanço do funcionamento dos mecanismos de participação dos Parlamentos nacionais no processo legislativo europeu previstos no Tratado de Lisboa, concluindo que o mecanismo de alerta precoce do Protocolo n.º2 não tem sido verdadeiramente eficaz. Acresce, que o número de Regulamentos tem aumentado, em detrimento das Diretivas, deixando aos Estados-Membros pouca ou nenhuma margem de manobra na implementação da legislação europeia. Neste contexto, a reflexão em curso sobre como garantir o cumprimento do princípio da subsidiariedade faz todo o sentido. Referiu-se, em especial, aos trabalhos da *task force*, cujo funcionamento apelidou de excecional e lamentou que o Parlamento Europeu não tenha participado no projeto. Fez uma breve síntese das medidas que, a seu ver, poderiam ser introduzidas para melhorar o processo de decisão europeu, à luz do princípio da subsidiariedade, adotadas no relatório final da *task force*: extensão do período do Protocolo n.º 2 de oito para doze semanas; preferência por Diretivas em detrimento dos Regulamentos; admissão do “cartão verde”; restrição da utilização de atos delegados; inclusão de uma definição de subsidiariedade no acordo interinstitucional “legislar melhor”; adoção de um “pacto de subsidiariedade”. Referindo-se à participação das regiões no processo legislativo europeu lamentou que, atualmente, os mecanismos ao dispor de uma região não sejam superiores ao de uma qualquer ONG. Mencionou ainda as dificuldades burocráticas com que deparam os projetos transfronteiriços, ao arripio do discurso oficial de apoio a este tipo de projetos. Terminou, sublinhando que a subsidiariedade não pode ser um mecanismo utilizado para parar processos, sendo, pelo contrário, um mecanismo de melhoria e de enriquecimento da

legislação, numa postura positiva e de aproximação aos cidadãos. Desejou que, após as eleições, as instituições continuem a encarar esta questão de forma séria.

Vivienne Reiding sublinhou a necessidade de construção de uma UE forte e efetiva, quer ao nível interno, quer ao nível externo. Em relação à vertente externa defendeu a passagem do processo de decisão da PESC para a maioria qualificada, ao invés da atual unanimidade, difícil de alcançar. Referiu-se ao Brexit como um raro caso em que a unanimidade funcionou e no qual, Michel Barnier, seguindo as instruções, tem conseguido manter a unanimidade entre os 27 Governos, a Comissão e o Conselho, em torno de um objetivo comum. Referindo-se aos mecanismos de participação dos Parlamentos nacionais, sublinhou que, a montante e a jusante do estabelecido nos Tratados, os Parlamentos têm de fazer o seu trabalho de controlo dos governos, nomeadamente solicitando prestação de contas aos ministros antes e/ou depois das reuniões do Conselho da UE, exemplificando com o caso da Dinamarca, onde existe um sistema de mandato parlamentar, sem o qual os ministros não podem tomar decisões no Conselho. Os governos deveriam seguir a indicação dos seus parlamentos e não seguir ordens de Bruxelas. Defendeu, ainda, a existência de mecanismos para audição de municípios e organizações da sociedade civil.

Ulrike Rabmer- Koller sublinhou o importante papel das Pequenas e Médias Empresas (PME) no sucesso e no futuro da Europa, através da criação de empregos e de riqueza, recordando que, depois da crise, as PME são responsáveis por 85% dos postos de trabalho. Tendo a grande maioria das PME menos de 10 empregados, dos quais, normalmente, não fazem parte juristas, o excesso de regulamentação europeia, bem como as altas penalizações em caso do respetivo incumprimento, traduzem-se num encargo excessivo para as PME, embora a opinião geral das PME sobre a UE seja positiva. Neste contexto, urge simplificar as regras para as PME, bem como avaliar o impacto da nova legislação para as PME.

Alfred Riedl sublinhou que, em grande parte, o êxito da Áustria se deve ao bom funcionamento das estruturas locais, que respondem, em primeira mão, às necessidades das populações, como a habitação, a recolha de lixo, os bombeiros, a polícia, etc. Neste contexto, é fundamental que o nível local possa participar no processo legislativo europeu. Na Áustria, existe regulamentação sobre a audição das autoridades locais no âmbito do processo legislativo. Ainda assim, entende o orador que existem, atualmente, tendências centralizadoras, que apelidou de preocupantes.

Franz Schausberger considerou que o simples facto de se discutir a subsidiariedade e os mecanismos de participação é, por si só, um bom sinal. Sublinhou que, apesar do texto do Tratado de Lisboa, parece haver uma maior centralização, a par com nacionalismos

crecentes. Reconhecendo não ser realista uma alteração de Tratados, defendeu que só através de uma clara vontade política se pode modificar a situação, o que, a seu ver, não existe, apesar do debate em curso sobre a aproximação aos cidadãos, recorrente em períodos pré-eleitorais. Sublinhou ainda que o trabalho de escrutínio do princípio da subsidiariedade não é atrativo para os deputados, na medida em que não faz ganhar eleições e, tal como anteriores oradores, sublinhou a importância de articulação com o governo, da partilha de informação e da concertação de posições numa fase precoce do processo legislativo.

No debate que se seguiu participaram as representantes da Assembleia da República.

A Deputada **Margarida Marques** felicitou o excelente trabalho produzido pela *task force*. Acrescentou que as conclusões do relatório são uma boa base de partida para o novo acordo interinstitucional que venha a ser elaborado após as eleições de maio. Referindo-se ao princípio da subsidiariedade sublinhou que este não pode servir para alimentar os partidos radicais e nacionalistas, os partidos populistas, devendo ser entendido com um especial enfoque político e em estreita ligação com o conceito de soberania, de soberania partilhada no âmbito da UE.

R. Lopatka reagiu a esta intervenção, referindo que a aplicação das conclusões do relatório continuaria a ser objeto de debate nas reuniões da COSAC.

A Deputada **Berta Cabral** felicitou, igualmente, o trabalho e o relatório da *task force*. Aludindo às respetivas conclusões, observou, quer o fraco contributo percentual das autoridades regionais e locais nos mecanismos de participação e consulta (representando apenas 1% dos 9.000 contributos recebidos desde 2016), bem como o baixo grau de *feedback* da Comissão Europeia aos referidos contributos. Reconhecendo a assimetria de capacidade e de recursos dos vários órgãos de poder local e regional sublinhou, no entanto, ser necessário incentivar a sua participação, o seu papel e a sua responsabilidade na elaboração e aplicação da legislação da UE, indagando, neste contexto, como melhor obter esse desiderato e como responder eficazmente às necessidades dos cidadãos, envolvendo todos os níveis de poder e encorajando o espírito de pertença.

A. Riedl reagiu a esta intervenção, referindo que existem instituições nacionais responsáveis pela participação local, sendo essencial que elas desempenhem, cabalmente, o seu papel.

Sessão 3: Bem-vindo ao segmento político

A sessão contou com três intervenções iniciais: **Gernot Blümel**, Ministro austríaco da UE, Artes, Cultura e Comunicação Social; **Frans Timmermans**, primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia e Presidente da *task force* “*Subsidiariedade, Proporcionalidade e fazer menos com maior eficiência*”; e **Mairead McGuinness**, Vice-Presidente do Parlamento Europeu (sob a forma de mensagem vídeo).

Seguiram-se entrevistas moderadas pela jornalista **Nadja Bernhardt**, com **Frans Timmermans**, **Melania Gabriela Ciot**, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus da Roménia, **Karl-Heinz Lambertz**, Presidente do Comité da Regiões da EU e membro da *task force* e **Markus Wallner**, Governador de Vorarlberg.

Gernot Blümel salientou a importância da reunião em curso, bem como o momento crucial que a Europa se encontra a viver, com diversos desafios em curso, referindo-se, em especificamente, à questão do Brexit, cuja única virtude é a de ter conseguido uma união coesa entre os 27, em grande parte devido ao trabalho do Negociador-chefe Barnier. Sublinhou que o resultado do referendo havia sido, para ele, um choque inesperado, na medida em que, até agora, a história da UE tem sido de aprofundamento e de aumento linear. Defendeu que a UE tem de saber tirar as devidas lições e perceber as razões que conduziram à decisão dos britânicos: migrações, medo de perder bem-estar e soberania ou a impressão de falta de proximidade entre a UE e os seus cidadãos. Esta foi uma reflexão subjacente ao estabelecimento das prioridades da Presidência austríaca do Conselho da UE, nomeadamente no que concerne ao combate à imigração ilegal. Continuou a sua alocação, referido que subsidiariedade significa que as decisões são tomadas no nível mais apropriado, com a proximidade possível aos cidadãos e com respeito pela diversidade, em cumprimento do lema europeu *juntos na diversidade*. Apelidou o princípio da subsidiariedade como pedra angular fundamental da nossa Europa comum, devendo a UE centrar-se nos grandes desafios - como nos domínios da migração, da segurança e das alterações climáticas, deixando outras questões aos Estados-Membros ou às regiões, que se encontram em melhor posição para tomar decisões. Uma aplicação coerente deste princípio permitiria aproximar a União Europeia dos seus cidadãos e aumentar a sua confiança na UE. Felicitou a Comissão pela iniciativa e pelos resultados da *task force* e defendeu que a UE tem de ser uma entidade forte, segura e exportadora de estabilidade.

Por fim, partilhou com a assistência que a Presidência tinha elaborado uma Declaração⁴ sobre o princípio da subsidiariedade.

Frans Timmermans começou por referir que a Europa não é exclusivamente composta pelas instituições europeias, mas sim pelos cidadãos que, localmente, fazem a sua vida diária. Neste contexto, assume especial relevância a preocupação com a melhoria da legislação produzida, que deverá ser elaborada ao serviço dos cidadãos. Referiu que esta tem sido uma preocupação dominante da Comissão Europeia, através da criação de uma plataforma para recolha de contributos, a realização de consultas públicas sistemáticas, o guia para uma melhor regulação, a plataforma REFIT e a existência de um Conselho de Escrutínio. Mencionou, ainda, a constituição e os resultados do trabalho da *task force*, que culminou com nove recomendações para alcançar uma “subsidiariedade ativa”⁵, sublinhando que, com frequência, a questão que se coloca não é de subsidiariedade, mas sim de proporcionalidade, ou seja, há acordo quanto à UE legislar sobre determinada área, mas subsiste a questão de meios utilizados para atingir um determinado objetivo. Expressou ainda o desejo de que o PE colabore na nova forma de trabalhar proposta no relatório da *task force*, apesar de não ter participado nos respetivos trabalhos. Terminou, sublinhando que o grande objetivo passa por servir os cidadãos e combater a desconfiança contra a UE, que necessita de ser restabelecida, na medida em que a UE é importante para as nossas vidas e afirmando que, se os políticos não assumirem a responsabilidade pelo nosso destino europeu comum a todos os níveis, mesmo a melhor legislação não convencerá os cidadãos.

Seguiu-se a emissão de vídeo com uma mensagem da Vice-presidente do PE, **Mairead McGuinness**, salientando a subsidiariedade como um dos princípios fundamentais para a

⁴ Declaração de Bregenz, defendendo uma Europa focada nos grandes temas e desafios; a avaliação sistemática da legislação; a utilização da grelha de avaliação da subsidiariedade e proporcionalidade; uma responsabilidade partilhada na aplicação destes dois princípios; um maior enfoque na proporcionalidade; maior transparência; um papel reforçado dos Parlamentos nacionais, maior envolvimento das autoridades regionais e locais; e a continuação do trabalho iniciado neste âmbito. Disponível em: <https://www.eu2018.at/dam/jcr:18461d27-205b-40b5-8e86-0ee594049ab8/Declaration%20by%20the%20Chair%2016%20November%202018.pdf>

⁵ Utilização sistemática de uma grelha de avaliação da subsidiariedade e proporcionalidade; aplicação flexível do prazo de 8 semanas do Protocolo n.º 2, a revisão do Protocolo n.º 2, quando surgir oportunidade; Envolvimento dos Parlamentos nacionais e do Comité das Regiões numa fase precoce do processo legislativo; análise dos impactos territoriais nas análises de avaliação de impacto; utilização da grelha de avaliação pelo PE e o Conselho ao longo de todo o processo legislativo e promoção, por parte destas instituições, de encontros com representantes regionais e locais; utilização das plataformas IPEX e REGPEX para troca de informação; desenvolvimento, por parte da Comissão, de um mecanismo para identificar e avaliar a legislação do ponto de vista da subsidiariedade, da proporcionalidade, da simplificação, da densidade legislativa e do papel das autoridades locais e regionais; reflexão, por parte da próxima Comissão, em conjunto com o Parlamento Europeu e o Conselho, sobre o reequilíbrio do seu trabalho em determinados domínios de intervenção.

UE. Alertou para o perigo de tal não poder significar um processo decisório mais lento e referiu que o PE apoia algumas das conclusões da *task force*, nomeadamente a extensão do prazo do Protocolo n.º 2 para 12 semanas. Lamentou não poder estar presente e desejou um bom trabalho aos participantes na conferência.

As entrevistas moderadas tiveram início com **Melania Gabriela Ciot**, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus romena, que partilhou algumas das prioridades da Presidência romena do Conselho da UE, com enfoque nas áreas da segurança e justiça, no futuro da Europa, cuja discussão ocorrerá na Cimeira de Sibiu e na coesão e convergência económica e territorial, baseada nos valores comuns da UE, reflexão que se encontra intrinsecamente ligada à subsidiariedade.

Durante as entrevistas moderadas foram ainda abordadas questões como o facto de a UE ser vista como um monstro burocrático e centralizador; a sensação de perda de poder que acompanha, habitualmente, o conceito de transferência de competências; e o facto de a subsidiariedade não ser uma ideologia, mas uma abordagem do que a Europa deve fazer, devendo ser um conceito com dois sentidos (*top down e vice-versa*) (**F. Timmermans**). Também **Karl-Heinz Lambertz** se referiu ao conceito, afirmando ter encontrado mais de 27 formas e definições de subsidiariedade, acrescentando que, após a leitura de mais de mil páginas sobre o assunto, vai perdendo, paulatinamente, as suas convicções. Na sua opinião, a subsidiariedade só funcionará quando os cidadãos tiverem a perceção que o que lhes acontece em casa é decidido à sua porta e não em Bruxelas e quando o valor acrescentado europeu for perceptível. Recordou que os presidentes de câmara têm que ser encarados como sendo políticos, o que nem sempre acontece. Aproveitou ainda a ocasião para agradecer o conceito de subsidiariedade ativa introduzido pela *task force*.

Markus Wallner mostrou-se satisfeito com o grau de autonomia de governação da sua região, embora reconhecendo que se trata de uma região *sui generis*, na medida em que se encontra muito afastada dos centros de decisão e muito próxima de vizinhos de outros países com quem são “obrigados” a trabalhar. Alertou para o facto de subsidiariedade não poder ser sinónimo de renacionalização. Para tal, é necessário um enquadramento legal europeu bom e seguro, que seja compatível e complementar com todos os níveis, que dê espaço de respiração às regiões, que as impulsione, não as limite e as deixe trabalhar, evitando-se a existência de “camadas de legislação”.

Na curta fase de debate ocorrido com a assistência participou a Deputada **Margarida Marques**, que recordou que a perceção dos cidadãos sobre a Europa depende, em larga medida, das explicações dos políticos nacionais. Exemplificou com o caso de Portugal onde, em 2013, apenas 13% da população dizia apoiar a UE, valor que tinha subido para 58% em



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

2016 (Eurobarómetro). Tal deve-se ao facto de, durante a aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira em Portugal, as medidas impopulares serem imputadas a Bruxelas. Sublinhou que, não sendo os Tratados e a legislação europeia do conhecimento do grande público, compete aos políticos nacionais explicar a origem das suas medidas. Continuou, salientando novamente a importância das recomendações da *task force*, desejando que possam ser carreadas para o acordo interinstitucional após as eleições de maio. Defendeu, por fim, um maior poder do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões na definição da legislação e das políticas europeias.

A reunião terminou com uma alocução do Ministro **Gernot Blümel**, que referiu que a Declaração da Presidência sobre a subsidiariedade será um dos elementos de suporte à reflexão na Cimeira de Sibiu. Terminou, reiterando o lema de que a Europa deve permanecer unida na diversidade.

Assembleia da República, 30 de janeiro de 2019

As Deputadas

Margarida Marques

Berta Cabral